

CADERNO DE FORMAÇÃO SINDICAL // N° 01

“Quando as greves ampliam-se, comunicam-se pouco a pouco, é que elas estão bem perto de se tornar uma greve geral; e uma greve geral, com as ideias de liberação que reinam hoje no proletariado, só pode resultar em um grande cataclismo que provocaria uma mudança radical na sociedade. Ainda não estamos nesse ponto, sem dúvida, mas tudo nos leva a isso.”

Michail Bakunin

**LUTA CONTINUA: LUTAS
E REPRESSIONES
E ORGANIZAÇÃO**



Edição

Coordenação Anarquista Brasileira - CAB

Sobre a Publicação

Material fruto de processo formativo e de discussão entre as organizações integrantes na Coordenação Anarquista Brasileira.



Copyleft - Material Livre para Cópia e Distribuição sem fins lucrativos.
Informe a origem do material em caso de reprodução!

GT Sindical

Coordenação Anarquista Brasileira (CAB)

www.anarquismo.noblogs.org

E-mail: cab.br@riseup.net

Facebook: @cabespecifista

Impresso em 2017. 1ª Edição
América Latina, Brasil

Sumário

Introdução	04
Princípios	06
<ul style="list-style-type: none">- As lutas imediatas, as lutas mais gerais e o Protagonismo Popular- Os sindicatos e os Movimentos Sociais/Populares- Caracterizando os sindicatos hoje, a partir do texto “Sindicalismo e Movimentos Sociais”	
Sindicalismo de Resistência e a Luta contra a Burocratização Sindical ...	11
<ul style="list-style-type: none">- Nossa concepção de Sindicalismo- O contexto do surgimento da burocratização sindical no Brasil- A burocratização sindical hoje e nossos desafios- A construção de um perfil de militância sindical - potencializar a luta contra a burocratização- Os perigos da “judicialização” das lutas- Com a direção ou independente destas: Criar Estruturas Horizontais por uma Cultura de Luta	
Políticas de Alianças no Campo Sindical	18
1º Encontro Sindical da CAB: Linhas Gerais	21
<ul style="list-style-type: none">- Sindicalismo e Classes Oprimidas- Como pressionar de maneira mais forte as instituições da classe dominante? Que setores seriam importantes no funcionamento de uma sociedade?- Como Dialogar e se Unir com outros setores dos movimentos sociais de maneira mais forte?- Como determinadas mobilizações podem fazer diálogo com as lutas das periferias, movimentos “sem terra” ou de “pequenos agricultores” por exemplo?- Pensando em nossos Objetivos Finalistas: num processo de luta avançada, que setores seriam prioritários passarem para as mãos dos trabalhadores de imediato, pensando na reestruturação da sociedade numa perspectiva igualitária e livre	
Considerações Finais	24

INTRODUÇÃO

A atuação sindical é uma ferramenta fundamental na luta pela emancipação dos oprimidos via transformação social revolucionária. Esse é o mote do texto que segue, e corresponde às primeiras elaborações teórico-práticas do Grupo de Trabalho Sindical da Coordenação Anarquista Brasileira [GT-Sind/CAB]. Este, foi produzido como resultado de um processo de discussão entre as Organizações, principalmente, durante o período do último trimestre de 2012 e primeiros meses de 2013. É uma primeira conjugação dos consensos que tivemos e servirá de base para as discussões do próximo período, que terá como tema a burocratização no movimento sindical.

A partir do entendimento da relevância política do sindicalismo na luta contra o capitalismo, faz-se necessário construir um processo de inserção social nesse espaço. Para isso, temos trabalhado com o objetivo de afinar metodologias de trabalho político nesse setor, com vistas a uma atuação exitosa e que permita avanços para a classe trabalhadora e para nossa corrente no campo sindical. Portanto, é fundamental participar nas lutas, engajando-se em torno de suas pautas e permitindo a ligação destas com outras pautas e outros movimentos sociais. É necessário *saber fazer*, participando em todas as lutas das categorias e da classe, da melhor maneira possível – das reivindicações imediatas às lutas estratégicas; relacionando as pautas das categorias com as lutas mais gerais, vencendo o corporativismo do meio sindical. Uma tarefa nada fácil, tal o grau de burocratização em que se encontra a maioria dos sindicatos.

Esse processo de burocratização do sindicalismo brasileiro teve início ainda no século passado, durante a Era Vargas (1930-1945). Foi intensificado pelo surgimento do “trabalhismo” nas décadas de 1940 e 1950, alcançando seu auge durante a Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985). Ao fim deste último período, ganharam espaço críticas a essa forma de fazer sindicato. Os marcos da discussão democrática e da liberação política dos anos 1980 possibilitaram o ensaio de um “novo” tipo de sindicalismo. Um sindicalismo caracterizado por certas afinidades implícitas com a tradição do sindicalismo revolucionário de inícios do século XX, de inspiração socialista libertária, com elementos como organização por local de trabalho, ação direta, protagonismo etc. Contudo, após o breve ensaio, após o surgimento de inúmeras organizações sindicais de base, por locais de trabalho, e com um discurso radical crescente, o sindicalismo sofreu novo golpe. A nova Central Sindical (CUT) adere ao projeto político reformista do Partido dos Trabalhadores (PT), mais especificamente da corrente Articulação¹, tendência interna desse partido.

São resquícios históricos da burocratização sindical ao longo desse período: o imposto sindical, a necessidade de um registro jurídico (formalização do sindicato como entidade representativa), a completa ligação do sindicato ao Estado (via Ministério do Trabalho) e, a mais flagrante violação, a forte interferência do judiciário nas organizações de classe. Essas características do “sindicalismo de estado” correspondem não somente às bases de um sindicalismo pautado na sua subjugação aos Patrões e ao Estado, mas também a firmes entraves nas lutas das categorias. Esse modelo criou um forte “legalismo” por parte dos(as) trabalhadores(as) em suas lutas, uma profissionalização do “sindicalista” e seu consequente afastamento da base das categorias, bem como um “sindicato de serviços”; foi se retirando, assim, progressivamente, a legitimidade dele como instrumento de luta perante a categoria.

Infelizmente, em nossa luta, temos de conviver com algumas dessas características

diariamente. Não podemos pensar mais nossa atuação como já foi um dia: totalmente independente das instituições do Estado. Porém, mesmo participando de todos os sindicatos que pudermos, não significa que devemos aceitar o sindicalismo da forma como ele se apresenta hoje. Pelo contrário: conhecendo a realidade tal como ela é, devemos nos planejar da melhor maneira para superarmos este estado de organização de “cima para baixo” do sindicalismo, que privilegia as forças políticas em disputa e, ao mesmo tempo, reduz o poder da “auto-organização pela base”. Desse modo, se na nossa análise a estrutura dos sindicatos não é a que almejamos, isso não deve motivar nosso afastamento das organizações de classe. Devemos, sim, energizar nossas forças para o combate ao “sindicalismo de estado” e para a construção da luta coletiva sempre pela base, construindo outra metodologia de trabalho político ancorada nos princípios do **sindicalismo revolucionário**.

No último período, vimos alguns exemplos de categorias que conseguiram romper com esse modelo, construindo movimentos para além da vontade das direções sindicais. Isso nos anima e mostra que estamos certos. É possível romper as amarras do sindicalismo reformista, do aparelhismo das direções, e promover lutas avançadas e com conquistas claras, sejam elas imediatas ou não. Por isso, enfatizamos a necessidade de estarmos inseridos/as na classe trabalhadora e organizados/as nos seus instrumentos de classe, lutando para que ela seja a real protagonista de seu futuro. Sendo todos nós partícipes da construção do Poder Popular, as Organizações da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) objetivam, o mais breve possível, uma inserção social no movimento sindical, organizada a nível local e nacional, respeitando as particularidades de cada lugar e buscando a unidade numa **perspectiva federalista**.

Maio de 2013

(1) Ver sessão “Breve histórico do sindicalismo contemporâneo”, no texto *Sindicalismo e Movimentos Sociais*, do companheiro Alexandre Samis. <http://anarquismorj.wordpress.com/sindicalismo-mov-sociais-alexandre-samis/>

PRINCÍPIOS

Adotamos como referência os princípios norteadores do Sindicalismo Revolucionário:

Independência de classe: independência política, executiva e financeira em relação aos governos, patrões e partidos políticos. Não negamos a existência nem a necessidade de organizações políticas, porém, entendemos que os sindicatos são o espaço de unidade para a luta reivindicativa dos trabalhadores, independentemente das diferentes matrizes ideológicas que o compõem. A disputa ideológica não deve ser a motivação da luta sindical. Essa precisa ter como motor a necessidade de conquistas imediatas e de longo prazo para os trabalhadores organizados. Quando se restringe a luta sindical aos dogmas e interesses de um partido ou corrente sindical, por exemplo, ganham a burocracia e o aparelhismo, distanciando mais ainda os sindicatos do **protagonismo popular**; nesse caso, da categoria que a entidade representa.

Solidariedade de classe: o antigo conceito de **ajuda mútua**, não restrito ao apoio econômico, está inserido no que entendemos como **solidariedade**. Ela é um princípio, portanto imutável, inegociável, independente de conjuntura ou até mesmo etapa. É uma orientação geral e constante, para com todos os setores das classes oprimidas. Não significa esperar dos sindicatos estrutura física ou apoio material. Trata-se de estar junto de fato, em todos os sentidos, compreendendo que nós, os diversos sujeitos históricos das diferentes classes oprimidas, temos nas classes dominantes e elites dirigentes, assim como nos seus governos de turno, inimigos em comum. Estamos todos subjugados pelo sistema capitalista. Portanto, mesmo que diferentes, devemos estar solidários nas lutas, nas derrotas e também nas conquistas.

Ação direta: o uso de todos os meios necessários para potencializar as lutas protagonizadas pelos trabalhadores, no caso a luta sindical, caracteriza esse princípio. Significa não delegar as práticas cotidianas, desde a organização de base, propaganda, até os espaços de intermediação e negociação, para dirigentes de qualquer natureza. E menos ainda limitar a atuação ao que é permitido ou acordado pelos patrões e seus governos de turno. A representação como delegação para tarefas específicas nesse campo é um método organizativo que deve ter objetivos e limites bem precisos. Entendemos, ainda, que reproduzir a lógica parlamentar para qualquer entidade ou instância dos movimentos sociais é um dos maiores equívocos da burocracia sindical e, por consequência, tem gerado a apropriação da entidade para seus interesses. Se nada podemos esperar senão de nós mesmos, é com essa convicção que reafirmamos que o **protagonismo da luta popular** é fundamental ao **sindicalismo classista e combativo**. Afinal, como diz o hino d'A Internacional “...*façamos nós com nossas mãos tudo que a nós nos diz respeito...*”

Federalismo político: é o princípio que orienta o método organizativo de forma democrática e horizontal, pautado na representação do que é definido pela base em questão. Como, por exemplo, de uma comissão de fábrica para o sindicato e deste para uma central sindical, na qual, igualmente, o delegado ou membro das executivas das entidades pode

ser trocado caso essas bases não se sintam representadas as suas posições, propostas ou encaminhamentos. Em outras palavras, esse é o princípio que tem por método o poder reforçado e controlado pela base e pelas margens sobre o topo e o centro, respectivamente.

As lutas imediatas, as lutas mais gerais e o Protagonismo Popular

Se quisermos atender nossos objetivos, deveremos promover a luta sindical a partir dos locais de trabalho. É aí onde os trabalhadores se constituem como classe e onde sofrem a opressão diariamente. É aí onde o sistema impõe o trabalho degradante e retroalimenta o próprio sistema. E é aí também que mora o “bem” do patrão e onde dissolve-se o bem coletivo. Dessa realidade é que existe a possibilidade de desenvolvermos a solidariedade e, a partir das necessidades sentidas, partirmos para as lutas imediatas. Essas lutas são o cotidiano da luta sindical e é com ela que estaremos envolvidos a maior parte do tempo.

A atuação sindical numa perspectiva revolucionária faz parte da estratégia de transformação social rumo à sociedade socialista libertária. No entanto, é apenas um dos campos, parte, dessa estratégia, pois consideramos que a classe oprimida encontrou outros mecanismos de resistência e luta que não apenas a ação sindical. Em nosso fazer diário nos sindicatos, não podemos perder de vista esse ponto. Devemos impulsionar o constante diálogo com outros movimentos sociais. Caso contrário, corremos o risco de fecharmos nossas lutas apenas nas pautas corporativas.

A luta como formadora de militantes é, portanto, tão importante quanto as conquistas imediatas. Quando chegar o dia em que não precisemos mais de indústrias bélicas, a luta e a organização dos trabalhadores serão seu legado e não o trabalho em si que desenvolviam nesse setor, o qual não fará mais sentido. A luta econômica dos sindicatos permite a união e solidariedade da classe, mas a luta política tem de ser trabalhada com mais cuidado, pois, no nível das massas, dependendo da conjuntura, pode muito mais dividir que unir.

Fazer parte de um sindicato e organizar uma atuação em seu interior deve ser feito numa perspectiva de *minoría ativa*, tendo sempre em mente a divisão entre os espaços político e social. Sabemos que são os trabalhadores e as trabalhadoras que tocarão a luta, mas essa luta, circunscrita apenas nos marcos de uma visão corporativista, por categoria, não nos levará a uma emancipação social de maneira espontânea. Assim, é necessária a atuação da Organização Política, que conseguirá criar/articular/fortalecer a necessária “liga” entre os setores em luta e fomentar com eles uma dimensão revolucionária.

Os sindicatos servirão de base, inclusive, para a organização de uma nova sociedade, na medida em que são espaços onde a classe se organiza e onde, mesmo dentro do capitalismo, podemos experimentar ferramentas que possibilitariam a nós uma organização diferente a nível social. Acreditamos também que a *greve geral* pode ser um instrumento de transformação.

Entretanto, não conseguiremos chegar a uma nova sociedade apenas pelos sindicatos e não apenas com greve geral.

Devemos guardar os ensinamentos de todos aqueles que vivenciaram e colaboraram com o movimento sindical de intenção revolucionária (hegemônico em vários países no início do século XX), como Neno Vasco e Errico Malatesta, ainda que não possamos transportar suas

ideias como fórmulas acabadas para os nossos dias. Defendemos os seguintes pontos juntos com Neno e Malatesta:

- a) A natureza do sindicalismo e a necessária luta por questões imediatas;**
- b) O sindicato como um meio e não o fim;**
- c) Desafio de romper com o corporativismo das categorias trabalhando a solidariedade;**
- d) A importância de não reproduzir o sectarismo no movimento sindical, pois, sob o ponto de vista libertário, devemos saber lidar com a diversidade;**
- e) A pedagogia do exemplo para a construção social do novo sujeito e o sindicalismo como algo essencialmente prático.**

Os Sindicatos e os Movimentos Sociais/Populares

Consideramos os sindicatos como parte dos movimentos sociais, diferenciando-se desses por algumas particularidades que lhes são próprias: a identidade como categoria de trabalho e não enquanto outras bandeiras de lutas específicas, como a da Reforma Agrária, bandeira de luta do movimento dos trabalhadores sem-terra, por exemplo.

Existem outros movimentos sociais que podemos denominar como **Movimentos Populares**. Esses movimentos são, em sua maioria, formados por setores mais precarizados da população (atingido por barragens, sem-terra, sem-teto etc.), que não possuem uma estabilidade (seja maior como um funcionário estatutário ou relativa como um trabalhador contratado pela CLT) e, conjuntamente, tendem a uma maior radicalidade e um enfrentamento maior ao sistema. É fundamental promover a aliança do movimento sindical com estes setores. Antes de tudo, por ser a solidariedade um princípio nosso, e, depois, pelo ganho de experiência que o enfrentamento mais radical ao sistema gera.

Devemos considerar que os Movimentos Populares estão atravessados por problemas similares ao do movimento sindical, como a burocratização, hierarquização das direções com as bases e alianças com governos. Por isso, devemos ter a noção de que muitos dos problemas a serem resolvidos na luta sindical também terão de ser feitos na luta popular e isso deve sempre ser levado em conta nas alianças a serem conduzidas.

Caracterizando os sindicatos hoje, a partir do texto **Sindicalismo e Movimentos Sociais**

Levando em consideração os conceitos problematizados por Alexandre Samis, é possível dividir os sindicatos em três formas de encaminhar as lutas. Dos que se afastam aos que se aproximam mais de nossos objetivos estratégicos, temos, respectivamente, *sindicato chapa branca*, *corporativista* e de *resistência*. Temos o *sindicato chapa branca* no polo da reação, o do *sindicato de resistência* no polo mais próximo ao da construção do Poder Popular. Na prática, muitas dessas condutas podem existir ao mesmo tempo em alguns sindicatos, mesclando tipos diferentes de atuação. Contudo, faz-se necessário dividir didaticamente em três tipos de fazer sindicalismo, para uma melhor compreensão e orientação da nossa atuação em cada categoria que presencie estes tipos:

Chapa Branca

“Os sindicatos que hoje representam mais claramente os interesses do governo/patrões são os colaboracionistas ou chapa-branca. Estes subordinam sua política a postulados puramente economicistas, encarando o governo como um interlocutor legítimo, uma instância imprescindível e fundamental na resolução dos problemas. Via de regra, tentam fazer entender à base que a função do órgão de classe é, na sua essência, pôr em entendimento os “interlocutores naturais” – governo/patrão e trabalhador – que, por uma falha na dinâmica do diálogo, estão em posição de oposição provisória. Mesmo invocando no campo da retórica imagens tradicionalmente esposadas pelo campo socialista, o que fazem, no mais das vezes, é re-significar o conteúdo das lutas dos trabalhadores em favor da conciliação de classe. Neste caso, as vantagens para a categoria, obtidas ou não na ação sindical, passam a ser encaradas como um

fim em si mesmas, um acumular de “direitos” que reforça a sujeição às políticas econômicas macroestruturais do Estado, justamente aquelas que são as responsáveis pelas mazelas salariais da classe. Tal sindicalismo, portanto, mistifica a ação sindical determinando para as bases um papel de coadjuvante no conjunto orquestrado das políticas de governo.”

Corporativista

“Existem também os sindicatos que, em determinada conjuntura, apresentam certo grau de combatividade, sem a pretensão de tornar determinante o diálogo com o governo. Tais entidades de classe entendem a posição que ocupam no cenário da luta de classes, buscam o enfrentamento, mas o fazem a partir de uma pauta quase exclusivamente econômica, aproveitando as crises e as agendas eleitorais para arrancar do governo as melhorias imediatas. Têm, mais por instinto que por ideologia, a disposição para a luta, fato que se observa em momentos de ascenso organizativo, mas que, em uma conjuntura desfavorável, pode se perder com impressionante velocidade. Seus métodos acabam por reforçar muito mais o campo do ativismo sindical – importante de fato, entretanto insuficiente – ao investirem exclusivamente na reação às medidas governamentais. Agem, dessa forma, estimulados pelas agendas eleitorais e políticas do Estado, ainda que em oposição a elas. Assim, a despeito da forma, no conteúdo orientam-se pela luta imediata, sem referências claras na própria classe, uma vez que o acúmulo é insuficientemente utilizado para formular um projeto de autonomia e emancipação definitiva dos trabalhadores. Ancorados no que é apenas visível, ou seja, as necessidades imediatas, esquecem do que é desejável, a mudança radical em favor de todos e não apenas da categoria. Aos sindicatos que adotam esta conduta podemos chamar corporativos.”

Sindicatos de Resistência

“A terceira conduta sindical pode ser identificada por sua ação em associação com seus postulados teóricos. Em comum com as demais, ela caracteriza-se também pela representação da classe. Preocupa-se com as necessidades imediatas da mesma e se legitima em determinados ritos e emblemas identitários do trabalho coletivo. Mas, para além destas semelhanças, o sindicalismo de resistência propõe-se a um enfrentamento mais claro e efetivo do Estado burguês. Utiliza o corte classista não para evidenciar a singularidade entre trabalhador e patrão/governo, mas para explicitar o fosso que separa a classe trabalhadora daqueles que a exploram. Pensa o sindicalismo como um meio importante para que os trabalhadores deem combate diuturno ao sistema que oprime a eles e aos seus iguais em destino. Nas reivindicações econômicas, igualmente, enxergam um meio para mais didaticamente perceberem os da classe, por evidências numéricas, as suas reais condições de explorados. E, uma vez que não se limitam ao sintoma, denunciam o capitalismo e suas mais claras manifestações como o motivo de todo o estado de coisas. Destarte, o sindicalismo de resistência articula a **teoria revolucionária**, que podemos chamar de socialismo, com suas ações políticas e sociais, instituindo a primeira em conformidade com a realidade específica da segunda.”

SINDICALISMO DE RESISTÊNCIA E A LUTA CONTRA A BUROCRATIZAÇÃO SINDICAL



Dezembro de 2013.

NOSSA CONCEPÇÃO DE SINDICALISMO

A Coordenação Anarquista Brasileira reivindica a tradição do Sindicalismo Revolucionário. Na atual conjuntura, seria mais próximo do que tem sido chamado também por *sindicato de resistência*². Essa prática sindicalista revolucionária deve nortear toda a construção de nossa atividade sindical, mas não nos cegará para enxergar e entender uma realidade bem diferente da que almejamos em termos de organização sindical.

Com uma nossa prática sindical chamada de *sindicalista revolucionária*, queremos afirmar nossa vinculação política com uma tradição já existente no sindicalismo e que teve sua teoria e política construídas pelos anarquistas a nível internacional. Temos ciência de que o termo “revolucionário” hoje pode soar estranho, por parecer prepotente demais diante de uma atuação que nos conduz a certas limitações no campo prático. Em torno desse debate, chegamos também a discutir o termo “Sindicalismo de Intenção Revolucionária”, nos sentidos de que o termo “intenção” afirmaria uma conduta mais “pé no chão” e, ao mesmo tempo, tentando não perder o conteúdo de nosso debate. À parte a discussão conceitual, o essencial é que seja sempre explícito que **nossa prática visa um projeto de ruptura social**.

O contexto do surgimento da burocratização sindical no Brasil

Durante a Era Vargas, o governo conseguiu instaurar uma nova forma de sindicalismo, espelhado no sindicalismo corporativista da Itália fascista de Mussolini. Esse novo modelo era marcado pelo atrelamento total dos sindicatos ao Estado e por forte fiscalização do Ministério do Trabalho. É essa conformação sindical, iniciada formalmente a partir da década de 1930, a origem de tanta influência do governo em nossos sindicatos. A partir desse período, o governo passa a ter o poder de autorizar ou não abertura de sindicatos, bem como determinar seus fechamentos – claro que, extraoficialmente, motivado pelo desejo de influência na disputa de poder orquestrada pelo grupo político pertencente ao governo de turno –, obrigar registrar estatuto em cartório, possuir CNPJ e, obrigatoriamente, recolher o imposto sindical.

Com isso, longe do modelo anterior a este, com forte autonomia sindical em relação ao Estado e patrões, os sindicatos deixam de ser um espaço dos trabalhadores e organizados pelos trabalhadores, com total independência. Esse sindicalismo atrelado ao Estado ampliou bastante a sindicalização nos países que adotaram esse modelo, embora não tenha trazido necessariamente consigo um avanço político e, sim, um forte retrocesso organizativo em favor da excessiva burocratização³. É imperioso dizer que, no bojo desse sindicalismo atrelado ao Estado, estava a pretensão de domesticar o movimento sindical e torná-lo menos ofensivo para o *status quo*.

(2) Esse termo é utilizado pelo companheiro Alexandre Samis, em seu livro *Sindicalismo e Movimentos Sociais*, publicado pela Faísca Publicações Libertárias.

(3) Como lembrado pelo companheiro Rafael Viana, em *Elementos Inflamáveis: organizações e militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*, mesmo com forte herança corporativista do sindicalismo estadonovista, o período posterior (1945-1964) conheceu, mesmo que modestamente, algumas experiências de organização sindical autônoma.

A burocratização sindical hoje e nossos desafios

Essa nova forma de sindicalização surgida a partir do Estado Novo contribui para que a sindicalizada ou o sindicalizado busque o sindicato geralmente apenas por necessidade individual e não para pensar os projetos políticos coletivos, de natureza classista. Outro problema é que, sob essa forma de fazer sindicalismo, o imposto sindical é obrigatório e muitas vezes intermediado pelo patrão. A contribuição sindical deixa de ser do trabalhador ao sindicato, diretamente, e o patrão assume, mesmo que indiretamente, a gerência do imposto, sabendo inclusive os números da contabilidade sindical.

Mesmo os *sindicatos de resistência*, que afirmam maior disposição de enfrentamento na atual conjuntura, têm de obedecer certas regras ou poderá ser processado, fechado e ver sua base desfilada de uma hora para outra – mesmo contra a vontade dela, privando de recursos tal sindicato. Lembremos, ainda, que a maioria dos sindicatos não possui uma discussão clara da necessidade de transformação social e muitos não fazem nem lutas imediatas e são controlados por governo e patrões. Ou seja, não temos força suficiente acumulada nos dias de hoje para bancar uma luta por sindicatos totalmente independentes do Estado e precisamos conviver com essa realidade sem se conformar com ela.

Houve certa melhoria na autonomia dos sindicatos após o fim da ditadura e o nascimento do novo sindicalismo que, com a CUT, trouxe na bagagem fortes características de “resistência”, mas, nos rumos desse processo, a independência de classe foi perdendo hegemonia. Sem falar que esse processo foi desmontado ao longo dos anos, tornando-se prioridade das maiores forças políticas da CUT a sustentação da disputa do próprio Estado via PT. Essa é a realidade que temos e não a que queremos. Restam duas opções: **ou militamos nessa estrutura pela mudança que almejamos, ou construímos algo paralelo a isso tudo.**

Essa situação não se resolveria apenas com a mudança de direções dos sindicatos. Mesmo com uma direção comprometida com um sindicalismo mais combativo, a base dos trabalhadores, com muito pouco ou quase nada de envolvimento sindical, não demonstra desejo e nem mesmo faz por onde mudar a situação. Visto isso, chegamos à conclusão de que construir algo paralelo, de maneira exatamente igual às experiências passadas do Sindicalismo Revolucionário, nos dias de hoje, é fazer algo sem respaldo popular, apenas com uma militância restrita e fadado à estereotipação e à quebra de diálogo com quem queremos construir as lutas. Resta-nos militar nos espaços existentes, para, nos locais onde as poucas lutas ocorrem, participar delas e colaborar na reorganização do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras; para que, lutando, possam se forjar como sujeitos de transformação e passar, aí sim, a desejar algo mais de seus sindicatos e da sociedade em que vivem.

Para quebrar com a burocratização existente nos sindicatos hoje, devemos incentivar a abertura de espaços para a auto-organização da classe e a transformação dos sindicatos em instrumentos a serviço da mudança social, da construção do Poder Popular. Devemos radicalizar na construção nos nossos locais de trabalhos, estar presentes nos espaços e estimular ao máximo a participação dos(das) colegas. Devemos aproveitar as estruturas oficiais existentes (assembleias, reuniões setoriais... – pois é onde os e as trabalhadores/as vão se reunir) para questioná-las sempre que necessário e priorizar a decisão em locais de trabalho com a maior participação possível.

A nossa participação em direções sindicais deve ser sempre consequência desse

movimento e não seu objetivo final. Ter bem claro que há algumas possibilidades maiores estando numa direção de sindicato com uma perspectiva de resistência, pois poderíamos tentar orientar a estrutura do sindicato a serviço da mobilização do conjunto dos trabalhadores. Qualquer vantagem obtida nesse processo tem de ter como objetivo final colaborar com a movimentação do conjunto da base.

Nesse processo de construção da reinserção sindicalista de nossa corrente, importa pensar a nossa ideologia longe das idealizações e aliada à realidade concreta. Temos como ideal as nossas referências históricas, atualizadas pela conjuntura de nosso tempo e sempre atravessado por nossos princípios. Esse ideal tem de balizar nosso trabalho, mas infelizmente nem tudo dependerá apenas de nossos esforços e, muitas vezes, seremos derrotados. Nesse sentido, é importante termos sempre ciência que o ideal deve ser orientação para atuação na realidade concreta, **evitando confusão entre aquilo que é princípio e aquilo que é elemento de ação da luta cotidiana.**

Para lutar contra a apatia e o individualismo que se desenvolveram de maneira exponencial desde o neoliberalismo nas diversas categorias, temos de nos esforçar para mudarmos certas maneiras de nos organizar e mudar as estruturas de nossos tradicionais espaços de mobilizações. O sindicalismo deve refletir a luta cotidiana contra o individualismo que se produz no trabalhador, entre outras coisas, a ideologia do mérito que almeja privilégios e não direitos. Nesse contexto, a solidariedade de classe é um princípio que ganha materialidade com a união e as diversas formas de expressão coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras na luta contra os governos e patrões.

A construção de um perfil de militância sindical – potencializar a luta contra a burocratização

Precisamos mudar o perfil de militância sindical, que não se resume a atividades burocráticas e verborragia em posições verticalizadas via microfone. Essa prática, infelizmente, comum a vários sindicalistas da nossa época, só colabora para o afastamento da base, que passa a assumir uma posição passiva e pouco agregadora. Faz-se necessário, sempre que possível, fazer do sindicato ou de um espaço de oposição (ou da base de maneira geral) algo mais agradável que traga o trabalhador e a trabalhadora para esses locais, com programação cultural etc. É preciso fazer de nossas assembleias ou espaços similares algo resolutivo e rápido – assembleias intermináveis tem cada vez mais abusado o conjunto dos trabalhadores, precisam ser encaminhativas e rápidas. Devemos sempre agir no sentido de afastar ao máximo polêmicas que servem muito mais para massagear nossos egos. É medir cada intervenção política nossa, avaliando como podemos acrescentar mais ao processo de mobilização ou se vamos apenas causar falsas polêmicas.

Devemos estimular as instâncias de base desde os locais de trabalho ou entre os próprios colegas de setor. Embora possam ser instâncias pequenas numericamente, possuem mais qualidade em relação aos espaços maiores, onde as intervenções são de difícil acesso e extremamente desestimulante para quem não tem uma prática militante. Mesmo que a direção do sindicato não colabore com essas iniciativas, é sempre possível fazer algo paralelo pela base. Mesmo que não oficial, podemos acumular forças para os espaços oficiais e com as

propostas melhor discutidas e com respaldo daqueles que ajudaram a construir.

O que pode potencializar a luta contra a burocratização e aproximar o movimento sindical de posições de resistência e para além do corporativismo é aliar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras em seus locais de trabalho com a comunidade local e estudantes, por exemplo, de maneira solidária e recíproca, como setores como a educação e saúde propiciam. Esse tipo de orientação dada ao movimento sindical, caso obtenha êxito, nos permitirá ver surgir lutas mais amplas em defesa da saúde, educação, contra privatização das riquezas nacionais – ou seja, uma ampliação para além das questões meramente trabalhistas. Essa orientação nos ajudará também a questionar a organização social que vivemos e propicia um terreno fértil para o surgimento do sentimento de mudança social, colaborando para construção do Poder Popular.

Os perigos da “judicialização” das lutas

É inegável que muitas das conquistas das categorias passam pela ação de advogados do sindicato. Contudo, é preciso sempre lembrar que **o caminho judicial deve estar subordinado à política sindical, sempre subordinado às decisões coletivas da categoria**. Só devemos recorrer a ela quando realmente for necessário, sendo a busca por decisões judiciais a última opção.

Ainda assim, mesmo quando as vitórias sejam feitas apenas no âmbito da justiça, elas devem ser valorizadas pela luta, e não pela ação advocatícia. Se tivermos uma audiência com um juiz ou Ministério Público, por exemplo, devemos mobilizar a categoria para pressionar. É estar presente com manifestações e nunca deixar o trabalho apenas com o advogado, mesmo que a vitória da causa seja possível dessa maneira – mesmo porque, na maioria das vezes, o judiciário caminhará de acordo com a pressão popular que sofre (por mais que digam que não). Temos de valorizar como conquista do acúmulo de esforços da base e ver que **o aparato jurídico foi apenas um instrumento e não o meio em si**. As decisões políticas devem estar acima das decisões jurídicas. Um advogado não pode conduzir uma assembleia, por exemplo. Ele deve, pois, subordinar seu trabalho às decisões de instâncias da base.

Sabemos que, onde há prevalência da discussão jurídica, a política se esvazia. Não podemos criar dependência do jurídico. O que precisamos é ter tato em propor deliberações alternativas para não criarmos uma proposta de um radicalismo mais avançado que a própria capacidade da base de apoiar tal decisão; e, aí, sermos derrotados por aqueles que não querem que a situação mude e que se apoiam cotidianamente no burocratismo.

Em síntese, acreditamos que um sindicato que prioriza o jurídico, ao invés do político, acaba formando um sujeito acomodado que entrega a sua vontade para a decisão alheia. Ou seja, um sujeito com um tipo de mentalidade indisposta ao conflito e que enxerga as questões trabalhistas como ambiente para escritório de advocacia. Sabemos, no entanto, que a justiça burguesa na sociedade de classes nunca irá corresponder à demanda dos trabalhadores. Quando o sindicato se envolve nessa trama, a tendência é que a reflexão do trabalhador, porém, não conteste o sistema, mas aponte o Sindicato como ineficaz na solução do seu problema. Em suma, dentro da tradição sindical que reivindicamos, **a medida eficiente para fazer justiça deve ser a ação direta**.

Com a direção ou independentes destas, criar estruturas horizontais por uma cultura de luta

Uma vez estando em alguma direção sindical ou espaços similares, estaremos numa estrutura adequada ao nosso tempo, sua mudança também faz parte da mudança social, mas devemos ter paciência, sem se acomodar. Um dos grandes fenômenos do nosso tempo, a nível de atuação sindical, é a liberação de dirigentes que se sucedem anos em uma direção e que perdem totalmente o contato com o mundo do trabalho e já não sentem a mesma realidade de seus colegas que supostamente representam. Isso é uma herança do atrelamento dos sindicatos ao Estado e da necessidade de se concentrar poder em poucas mãos, mas fáceis de serem derrotadas ou manipuladas. Essa estrutura viciou nessa condição de um jeito que o acúmulo de tarefas desses sindicalistas incompatibiliza com a execução de suas tarefas cotidianas originais. Não se tem mais uma cultura de participação.

Com o pé no chão. Não vamos mudar uma cultura de participação da noite para o dia. Devemos aumentar o protagonismo do conjunto das trabalhadoras e trabalhadores, não sobrecarregando pessoas da direção e evitando o personalismo em torno da direção sindical. Temos de montar uma estrutura para a participação de um número maior possível da base. **Como federalistas, defendemos como método a levar a cabo a Organização pelo Local de Trabalho (OLT).** Sendo assim, a consequência prática e coerente deve ser a criação e manutenção de um sistema de poder descentralizado, com delegados sindicais por local de trabalho reunindo-se em uma instância própria.

No entanto, muitas vezes, a própria base pode não aparecer e essa estrutura não deve se desmanchar sob o risco de uma propaganda negativa para nossos ideais. O(A) dirigente deve equilibrar e tentar organizar com quem está disposto, de acordo com suas possibilidades. Não deve fazer uma greve com meia dúzia de gatos pingados, mas pode aproveitar essas pessoas para se começar a construir um processo de conscientização paulatino.

Logo, a tarefa por ele acumulada será muito maior do que deveria, mas ao mesmo tempo imprescindível para, inclusive, se construir a alternativa para as mudanças desejadas. Em certas categorias (principalmente em grandes empresas privadas, como indústria e transporte), é necessário dedicar parte de seu tempo apenas à atividade sindical no desempenho dessa tarefa. Por isso, o ideal seria, para esse período histórico, que o sindicalista dedicasse um mínimo de horas ao trabalho, para estar junto de seus colegas e não passar a ser apenas um burocrata, uma espécie de semi-liberação. No entanto, devemos ser coerentes, principalmente, na realidade em que não temos muita vivência e sempre procurando saber lidar com o que nos é colocado. Em algumas situações, será inviável até mesmo uma semi-liberação. Nesses casos, a liberação deve ser temporalmente limitada. A participação de base é um princípio que, assim como a democracia direta e o federalismo, é oposto ao centralismo. Portanto, o antídoto para evitar a concentração de poder exige critérios rígidos de rotatividade nos mandatos de direção.

Mesmo recorrendo a mecanismos como a liberação sindical, devemos ter cuidado para compartilhar conhecimentos sempre e multiplicar pessoas com capacidade de intervenção, mesmo nas mais técnicas. Caso contrário, estaríamos colaborando para o aparecimento da terceirização da prática política. Ela fica tão complexa que afasta o trabalhador comum do seu dia a dia, dando a impressão de que precisa ser um especialista para lidar com várias

situações.

A renovação das direções é extremamente importante, mas nem sempre possível. É melhor se recandidatar à direção de um sindicato do que ver todo o trabalho construído ir por água abaixo na substituição por pessoas que politicamente são contra as mudanças sociais. Mesmo que a base esteja mobilizada, ela pode perder, pois **a estrutura burocrática do Estado estará sempre do lado daqueles que pregam a conciliação e o imobilismo.**

Ficar várias gestões num mesmo sindicato deve ser considerado um erro e, de determinada maneira, isso pode ser visto como uma derrota de nossa prática política, já que não conseguimos formar militantes sindicais para retroalimentar a combatividade das lutas. Mas, por mais que nos esforcemos, nem todas as mudanças dependem exclusivamente de nossos esforços. O(A) dirigente deverá fazer autocrítica e tentar tudo que esteja a sua disposição na renovação de militantes capazes de assumir todas as tarefas necessárias, mesmo que não seja do nosso grupo político, mas que permita a participação da base e a construção política emanada dela e comprometida com mudanças sociais.

POLÍTICA DE ALIANÇAS NO CAMPO SINDICAL



Dezembro de 2013.

Inicialmente, há uma questão importante para balizarmos esta discussão, que pode parecer óbvia, mas não poderia deixar de ser colocada: **todas as formas de desenvolvermos nossa militância sindical serão orientadas por nossos princípios, oriundos das lutas populares desde o sindicalismo revolucionário e que encontram-se sintetizados nos materiais que já aprovamos no GT Sindical da CAB.** Da mesma forma, nossa política de alianças também terá de ser coerente com nossos princípios.

Outro fato importante é reconhecermos que, atualmente, somos força minoritária nesse campo, cuja militância sindical se constitui de organizações especificistas brasileiras muito recentes. Na maioria dos espaços em que atuamos, não só seremos minoria como também nossas ideias não influenciarão a grande parte dos que constroem a militância sindical. Mesmo havendo um bom número de simpatizantes com determinadas ideias, a quantidade dos que participam efetivamente da luta é bem menor. Reconhecer essa realidade é necessário, mas sabemos da nossa capacidade e, com firmeza em nossos ideais, iremos construir os caminhos necessários para superar essa situação.

Diante disso, fica claro que será necessário estarmos junto com outras organizações políticas no dia a dia de nossa luta. Mesmo nos diversos momentos históricos em que os anarquistas tiveram uma influência bem maior, havia a necessidade de compor alianças. É bom ressaltarmos que nunca tivemos a pretensão de sermos a maioria dos trabalhadores em luta, mas sim trabalharmos como Anarquistas Especificistas na concepção de minoria ativa para termos uma influência determinante nos espaços de luta. Contudo, na maioria das situações, mesmo esta opção está longe de nossa realidade. De qualquer maneira, sendo minoria ou maioria, fazer alianças em ambientes tão politicamente diversificados, como é o movimento sindical, é uma necessidade para se alcançar os objetivos que colaborem com a construção do Poder Popular.

Muito melhor do que determinar com qual organização política seremos aliados ou não é sabermos sob quais circunstâncias faremos isso. É comum, na esquerda, uma mesma organização fazer aliança com determinado grupo em um estado e ser seu adversário em outro, e pensamos que não estamos imunes a essa situação. Mesmo em grupos que trabalham com práticas políticas e organicidades extremamente centralizadoras, podem existir singularidades específicas em cada região do país.

As alianças em conjunturas com mutabilidade rápida podem ser bastante maleáveis de acordo com a velocidade das mudanças dos fatos e dos posicionamentos de cada grupo que compomos. Também estamos passíveis de erros e devemos, sempre que necessário, rever e ajustar nossas escolhas, principalmente no contexto citado anteriormente.

Se atuarmos **na base de um sindicato**, seja como oposição seja como grupo de base não articulado para a **disputa eleitoral (sendo isso conjuntural e não princípio)**, iremos **construir uma atuação baseada na ação direta, federalismo, autogestão e outros princípios.** E, assim, tentaremos agrupar mais pessoas nessa perspectiva, militantes que não necessariamente farão parte de nossas organizações específicas, mas que podem se organizar em tendência ou em grupos similares.

Existem os casos de lutas específicas: lutas salariais, luta por melhor condição de trabalho, contra a privatização etc. Lutas que têm por característica aglutinarem um grande número de pessoas que podem pertencer a diversos grupos ou organizações políticas, e

aí se faz necessária a aliança do conjunto desses militantes em torno dessas lutas. Muitas organizações não atuarão com base na mesma prática política e princípios que defendemos, propondo no lugar de federalismo o centralismo, por exemplo. Nesses casos, **a aliança não deve se dar por “cúpula” ou direção, sob o risco de irmos contra os nossos princípios, mas sim pela base.** Tendo a paciência e a vigilância constantes, porque nem todas as resoluções sairão como defendemos. Devemos, no entanto, deixar claro nossas posições. **O que não fazemos de jeito nenhum é desrespeitar a decisão da maioria enquanto compormos essa aliança. Se houver um problema grave que fira nossos princípios, como, por exemplo, se a maioria acatar uma intervenção parlamentar que roube o protagonismo dos trabalhadores ou coisa do tipo, é melhor sermos sinceros com a maioria e reconhecermos a ineficiência do espaço para os objetivos que queremos.**

Quando fazemos parte de uma composição mais orgânica com outras organizações, por exemplo, quando visando à disputa de alguma direção sindical, devemos então redobrar o cuidado. Defendemos que os protagonistas da luta devem ser o conjunto dos trabalhadores e que a direção será instrumento executivo de espaços que devem ser articulados desde os locais de trabalho. A maioria dos sindicatos não trabalha dessa forma e mudar isso não só é uma tarefa política, mas cultural, e diz respeito à retomada de uma maior participação das bases nesses espaços, o que não é tarefa fácil. Todos nossos esforços devem ser orientados para isso, pois ter um sindicato sob nossa influência não significa nada se não há participação efetiva dos trabalhadores no dia a dia da luta. **É possível que, num leque de alianças, parte dos agrupamentos políticos não trabalhem com a mesma intensidade que nós para esse objetivo, assim como para outros princípios que são centrais para nós. O problema é quando trabalham no sentido oposto desses objetivos, aí está o termômetro para as possibilidades de aliança.**

**Grupo de Trabalho Sindical da Coordenação Anarquista Brasileira [GT-Sind/CAB]
Discussões realizadas 30 de maio até 25 de novembro de 2013
Documento Final aprovado em dezembro de 2013**

1º ENCONTRO SINDICAL DA CAB: LINHAS GERAIS



Novembro de 2015.

Sindicalismo e Classes oprimidas

Optamos por utilizar o conceito de classes oprimidas, pois é mais abrangente. Na militância sindical precisamos dar uma ênfase maior na questão do trabalho, **considerando a classe trabalhadora como parte das classes oprimidas**.

Dentro da estrutura capitalista, o trabalho implica na reprodução do capital e não no objetivo de atender às necessidades humanas. A resistência a essa estrutura e a construção de um movimento que implique **na reestruturação da sociedade** também passa por mudar as estruturas das relações de trabalho. **Os trabalhadores precisam construir seu protagonismo nesse processo e uma das saídas é aliando as pautas imediatas com as pautas mais gerais**.

Dentro da estrutura de movimento sindical que encontramos hoje, a pauta que mais mobiliza é a econômica (aumentos salariais e equivalentes). Porém, devemos nos esforçar para quebrar essa barreira num leque de solidariedade que transcenda as categorias. A superação dessa barreira se dá no nosso método de trabalho, na forma de fazer as assembleias, no fortalecimento da democracia direta, na forma como se dão as negociações com os patrões, na ação direta. Por exemplo: nem sempre a assembleia é o espaço mais democrático de discussão, pois está vulnerável à manobras e personalismos. Reuniões zonais (por local de trabalho), com a discussão sendo feita nos espaços de base e articulando as regiões de forma federalista, permitem maior participação da base na tomada de decisões.

Como pressionar de maneira mais forte as instituições da classe dominante? Que setores fundamentais seriam importantes no funcionamento de uma sociedade?

Concebemos que existem setores fundamentais no funcionamento de uma sociedade, porém, isso não implica a existência de um sujeito revolucionário pré-estabelecido. As reivindicações desses setores tocam a sociedade como um todo e não somente os trabalhadores e trabalhadoras dessas categorias, visto que suas funções são fundamentais para o funcionamento da sociedade. É dever da organização política influenciar ideologicamente tais conflitos, mesmo que não tenha inserção direta na categoria em questão.

A capacidade de pressionar a classe dominante é conjuntural. Por exemplo, quando se está construindo determinado empreendimento, a capacidade de pressão é para a sua construção; depois de construído, a capacidade de pressão é para parar o seu funcionamento. Nesse caso, são categorias diferentes que terão a capacidade de pressionar a classe dominante.

Os setores mais estratégicos dependem da região. Existem regiões que têm maior incidência nacional em determinados setores. Por exemplo, nos correios e bancários, quem tem a maior incidência nas decisões é a categoria de São Paulo. A organização deve estar atenta e se planejar dialogando com isso.

Consideramos, no entanto, que determinados setores são essenciais para a sociedade se manter funcionando. Pensar em sua mobilização significa por em cheque o status do atual regime, lutar para sua mudança é necessário para qualquer alternativa de transformação.

Entretanto, nosso método de influenciar tais categorias é diferente do hegemonicamente estabelecido dentro da esquerda, pois nosso objetivo é fomentar o protagonismo dessas categorias e não necessariamente disputar direções. Entendemos, assim, que o sindicato

deve servir à categoria e não ir a reboque do partido.

Como dialogar e se unir com outros setores dos movimentos sociais de maneira mais forte?

Existem certos setores cuja própria reivindicação da categoria implica, potencialmente, melhorias para o conjunto da população. Diante disso, deve-se, a partir dessas mobilizações, agregar o conjunto da população que também será beneficiada. Exemplo disso são os setores da educação e da saúde.

Nesses casos, apenas paralisar o trabalho, no caso de uma greve, pode terminar deixando de fora parte da população que poderia agregar na luta. Criar mecanismos para além da paralisação do trabalho, desenvolvendo táticas que agreguem essa população é uma saída para o fortalecimento da categoria, o empoderamento de outros sujeitos e uma articulação mais ampla de setores sociais/populares.

Como determinadas mobilizações podem fazer diálogo com as lutas das periferias, movimentos “sem terra” ou de “pequenos agricultores”, por exemplo?

Em parte, contemplado na discussão anterior, devemos atentar que a identificação dos trabalhadores e trabalhadoras como classe não é apenas fruto de suas relações de trabalho. Alguns grupos de trabalhadores não moram num mesmo local. Por vezes, a identificação como periferia (local de moradia) é mais forte do que a identificação enquanto local de trabalho. Atentarmos para que determinados movimentos aliem a luta sindical à luta no bairro, já que iniciativas de apoio mútuo são importantes para ir consolidando uma relação solidária entre campo e cidade.

Pensando em nossos objetivos finalistas: num processo de luta avançada, que setores seriam prioritários passarem para as mãos dos trabalhadores de imediato, pensando na reestruturação da sociedade numa perspectiva igualitária e livre

Pensar sobre isso é papel da organização política. Respeitar o momento de diálogo nos sindicatos que não estão prontos para incorporar esse tipo de discussão.

Controlar os setores fazendo-os funcionar em uma nova perspectiva não se dá de maneira instantânea, uma vez que não se trata de uma tomada do poder, mas da construção de uma nova forma de poder. Por exemplo: **a lógica do funcionamento da sociedade é determinada em grande parte pelas articulações do sistema financeiro, mudar isso para a lógica de atendimento das necessidades humanas implica numa transformação de todas as relações de poder.**

Considerando tais ponderações, **pensar uma nova estrutura da sociedade é papel da organização política.** Como também pensar quais setores mantém a sociedade funcionando e ter um olhar estratégico para se planejar, a longo prazo, a mudança da lógica de funcionamento.

Portanto a luta pelo poder ou, então, a construção do Poder Popular que concebemos é permanente. A dimensão dessa relação parte desde a resistência contra o assédio moral, por exemplo, até o controle autogestionário da organização do trabalho e da produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para nós, da Coordenação Anarquista Brasileira, é importante haver uma atuação mais planejada, a partir de um olhar mais estratégico, no campo da articulação sindical nacional. Essa atuação passa pela compreensão das determinadas especificidades regionais - as possibilidades de atuação e articulação - dentro do campo sindical, urbano e rural, entre as/os de baixo. Tendo como norte a necessidade de construir lutas locais e nacionais.

Sabemos que não faremos essa tarefa sozinhos, por isso, consideramos que existe um conjunto de agrupamentos e organizações que estão envolvidos nessa disputa. Fazer alianças é necessário, visto que isso está no campo da tática.

